



Eleições da Apeoesp

**Grave momento de crise
e de ataque à vida
dos explorados**

**Luta pela conquista
da independência política
e organizativa do sindicato**

**Erradicar a política
de colaboração de classes
da burocracia sindical**

**Trabalhemos pela construção
da Corrente Proletária**

POR | Partido
Operário
Revolucionário

 **EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS**
MASSAS

Índice

Apresentação	03
Repetem-se as falcatruas do PT (Articulação) para continuar no comando da Apeoesp	05
Eleições para o Conselho de Representantes	10
Convenção da Oposição Unificada. Constituída a chapa unificada da Oposição para as eleições da Apeoesp	23
Programa da Corrente Proletária à Convenção	29

Apresentação

A Corrente Proletária/POR publica este folheto de balanço das eleições da Apeoesp, objetivando potencializar a fração revolucionária no seio do professorado.

Apesar de extremamente burocratizada, as eleições servem de laboratório para os setores que combatem o sindicalismo estatizado e que se encontra sob o controle da política reformista do PT. É o momento em que se abrem no interior das escolas as discussões sobre a política dos governantes e as respostas tanto por parte da burocracia, quanto dos setores oposicionistas.

Nessas eleições, em particular, as discussões se centram na luta contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Temer. Assim, a Corrente Proletária pôde fazer um balanço da vitória da greve geral de 28 de abril e também mostrar o recuo que as centrais sindicais fizeram durante o mês de maio ao não darem prosseguimento às mobilizações coletivas de rechaço às reformas da previdência, trabalhista e a Lei da Terceirização. Pôde caracterizar a política de conciliação de classes das direções sindicais e defender a independência do sindicato diante dos governos e do Estado burguês.

Este folheto contém um balanço geral das eleições, da chapa 3 (Oposição Unificada) e a intervenção da Corrente Proletária em algumas regiões do estado. Traz também uma avaliação da Convenção da Oposição Unificada e o programa defendido pelo POR divulgado durante o processo eleitoral.

8 de junho de 2017

Repetem-se as falcatruas do PT (Articulação) para continuar no comando da Apeoesp

O resultado já era esperado. A chapa 1, sob a direção do PT e PCdoB e com apoio da corrente O Trabalho, obteve 51,66 %. A chapa 3, Oposição Unificada, que reunia as correntes de esquerda, alcançou 36,65 %. O PCO, que nos últimos anos vem se colando ao PT, compareceu como chapa 2 e teve 8,63 %. Pela proporcionalidade da burocracia cutista, somente as chapas 1 e 3 comporão a direção do sindicato.

A Articulação, em meio à greve geral de 28 de abril e às manifestações contra o governo golpista de Temer e as reformas da previdência e trabalhista, marcou as eleições para 25 de maio. Os setores de oposição exigiram o adiamento das eleições e maior participação do sindicato nas lutas gerais contra o governo, particularmente na marcha a Brasília que se realizaria no dia 24 de maio. Mas não teve força para demover o plano da burocracia de encurtar o tempo de campanha eleitoral, impedindo que a chapa oposicionista tivesse condições de organizar a campanha em todo o estado.

A chapa 1 foi conformada pelos mesmos diretores que há anos dirigem a Apeoesp. A presidente da Chapa, Maria Izabel, pela terceira vez consecutiva, odiada pela maio-

ria dos professores da capital, continuará no comando do sindicato por mais três anos. O PCdoB comparece como coadjuvante, não tem poder nenhum de decisão. A corrente O Trabalho apenas chama o voto na chapa do PT, aproveitando para tirar alguma migalha nas regionais dessa aliança com a burocracia. Referimo-nos às eleições do Conselho, que se realizam concomitantemente.

Para assegurar a vitória, a chapa do PT praticou todo tipo de manobra e fraude. Desde a comissão eleitoral, que referendou candidato que sequer era professor, até o controle absoluto das listas dos filiados, mesários, fiscais e trajetos das urnas volantes. Tudo era ditado pela comissão estadual eleitoral, um braço da burocracia. As evidências de falcatruas foram inúmeras: cédulas sem assinatura dos mesários, urnas recheadas de votos fraudados, etc. Sem nenhum escrúpulo, as urnas foram abertas e validadas. Sempre agiu assim. Certamente, utilizou uma dose maior para impedir que a chapa oposicionista ganhasse força, particularmente no interior.

O fundamental é que a chapa 1 foi eleita com menos votos que as eleições passadas. Em 2014, conseguiu 54,9%. Agora, 51,66 %. O que significa que quase metade dos votantes rejeitou a chapa de Maria Izabel. O voto contrário só não foi maior porque o PCO ajudou a burocracia, combatendo duramente a chapa de oposição e poupando o quanto pôde a chapa do PT. Não por acaso, volta e meia era achincalhado pela vanguarda de “terceirizado”, durante a contagem dos votos na quadra dos bancários.

Para o PT e a CUT, era preciso manter a qualquer custo a chapa de Maria Izabel no comando do sindicato. Garantir a continuidade na direção da Apeoesp é também garantir o uso deste importante aparato não para a luta em defesa dos professores, mais sim para a sustentação da política burguesa do PT.

A Chapa 1 venceu com os votos fraudados do interior

A maioria das urnas era do interior do estado. No in-

terior, concentra-se a maior parte dos filiados, que pouco participa da vida do sindicato, das assembleias e das manifestações, realizadas na capital. Predomina a despolíticação e as fortes aspirações da pequena burguesia. A burocracia explora ao máximo essa condição para combater as correntes de esquerda e a chapa oposicionista. Como vemos, a burocracia depende do conservadorismo do professorado, do uso do aparato do sindicato (toda sorte de recursos materiais) e da eliminação da democracia sindical para vencer as eleições.

A chapa 3 Oposição Unificada vence em várias cidades do interior e na capital

A Oposição unificada não teve um crescimento numérico. Se somarmos os votos alcançados nas eleições passadas das chapas 2 e 4, teremos aproximadamente os 36% obtidos agora. É importante observar que a chapa 3 venceu na capital e na Grande São Paulo, como ocorreu em eleições passadas. O elemento novo é que ganhou em mais municípios ou manteve, a exemplo de Bauru, Barretos, Atibaia, Avaré, Litoral Sul, Jaú, Caçapava, São Carlos, Sorocaba e outros.

Certamente, se as eleições fossem minimamente mais democráticas e houvesse maior politização por parte do professorado, a chapa oposicionista teria condições de derrotar a chapa de Maria Izabel.

O PCO, quinta coluna da chapa do PT

Depois de passar toda a campanha eleitoral achincalhando a chapa 3 e poupando a chapa do PT, o PCO recebeu uma recompensa. Terminada a apuração dos votos, Maria Izabel fez questão de chamar Antônio Carlos para discursar no encerramento. Fato esse tomado pelo PCO como um reconhecimento pela força da chapa 2 na luta “contra o golpe”.

O palavreado de PCO em torno das fraudes e do controle burocrático das eleições se esfumou quando do alto da tribuna Maria Izabel acolheu Antônio Carlos. Não por

acaso, a chapa 2 foi tida como extensão da chapa 1. Serviu unicamente para deslocar uma parte dos professores oposicionistas, iludidos com os discursos inflamados do dirigente do PCO de crítica às eleições burocráticas e de ataques difamadores à Oposição Unificada.

O pequeno acréscimo de votos na chapa do PCO se deve à ajuda da burocracia petista, que lhe deu o número 2 (geralmente ligado à oposição) e a parcela de professores que votou como se fosse na chapa de oposição. Não podemos esquecer de que a maioria dos votos da chapa do PCO veio do interior, onde está o setor politicamente mais atrasado e controlado pela burocracia. O PCO, assim, apareceu como oposição consentida e como uma versão esquerdista do PT.

O PCO, nas eleições passadas, também dividiu a oposição e a combateu fortemente, sempre aproveitando da despolitização do professorado do interior.

Importância da chapa unitária da Oposição

Foi importante a unidade da oposição. Expressou um anseio do professorado que pedia a unidade para derrotar a chapa de Maria Izabel, principalmente diante das eleições passadas, nas quais a oposição saiu dividida em duas chapas.

Apenas as restrições à democracia sindical (comissão eleitoral inteiramente sob o poder da burocracia, falta de listas de filiados por escola, mesários e fiscais escolhidos a dedo pela chapa 1, etc.) e a truculência no dia da eleição não explicam por si só o resultado da chapa 3. Vários foram os erros e não podemos deixar de apontar, porque precisam ser superados para que a Oposição avance na luta para pôr abaixo a direção burocrática da Apeoesp. Entre eles, destacamos: 1) a Oposição Unificada se comportou com traços burocráticos em várias regiões, esteve sob o comando das correntes maiores (PSOL, MAIS); 2) os materiais eram divulgados sem discussão de seu conteúdo pelas demais correntes que compuseram a chapa; 3) alegando pouco tempo de campanha, a Oposição não respondeu aos problemas estratégicos da educação e da situação

política conturbada pelo golpe de Temer, o que permitiria contrapor às posições da burocracia petista; 4) compareceu, assim, como uma Oposição unificada circunstancial.

A Convenção da chapa 3 expressou bem essa unidade de momento. Não houve um real debate de posições. Acabou se resumindo na defesa formal do documento previamente acordado entre as maiores forças, de um lado, e das posições contrárias (das correntes minoritárias), de outro. Portanto, diferentemente de uma oposição que se coloca como direção revolucionária para o sindicato. O programa aprovado na Convenção foi o resultado de “consensos” e não de luta pelas ideias e de votação por maioria e minoria. Essa era a condição para que o PSOL estivesse na chapa unificada e não reproduzisse a divisão, como ocorreu na eleição passada.

A Corrente Proletária, que participou da Convenção defendendo o programa e atuou pela vitória da chapa da Oposição Unificada, insiste na importância da luta contra a burocracia por meio do programa, das reivindicações e do método da ação direta. Caso contrário, a unidade eleitoral, ao não expressar o programa e a tarefa de construir uma direção classista, acaba por ser apenas uma junção circunstancial de correntes, uma parte delas preocupada com os cargos na direção do sindicato. É preciso superar os erros e os traços burocráticos para que essa oposição se fortaleça como polo de combate à burocratização da Apeoesp e de defesa da democracia operária.

A pouca força da Corrente Proletária é um obstáculo na luta pela construção de uma fração revolucionária no sindicato. É necessário que a vanguarda combativa dos professores avalie corretamente as eleições da Apeoesp e se coloque pelo fortalecimento de uma oposição verdadeiramente de combate, que só pode estar assentada no programa de emancipação dos explorados, tendo como direção a classe operária e seu partido.

Eleições para o Conselho de Representantes

As eleições para o Conselho se realizam concomitantemente com a da direção do sindicato. A Oposição Unificada procurou constituir nas regionais da Apeoesp as chapas também unitárias para o Conselho. Embora a eleição seja nominal, a chapa 3 apresentou seus candidatos agrupados, com exceção de poucas subseções da capital onde a unidade não se consolidou. Não podemos ocultar que ainda prevaleceram traços aparelhistas, particularmente na disposição dos nomes nos cartazes e na boca de urna.

Fizemos um balanço das regionais em que foram apurados os votos e tiveram a atuação da Corrente Proletária.

Lapa

A chapa do PT foi derrotada, tanto para a diretoria, quanto para o Conselho

Nessa subseção, pela primeira vez, ocorreu a unidade das correntes de oposição. Os materiais de divulgação, bem como a boca de urna, foram unificados. Embora, ainda se manifestassem traços burocráticos, a exemplo da disposição de candidatos prioritários.

O fundamental está em que a chapa 3 obteve 73,36%, en-

quanto a chapa 1, 17,35%. Essa expressiva votação na chapa oposicionista foi materializada na eleição do Conselho de Representantes. De um total 21 conselheiros estaduais eleitos, a chapa petista elegeu apenas dois candidatos e, para o conselho regional, apenas 2. Dos 21 cargos de conselheiros estaduais, 19 são da Oposição Unificada, além de obter a maioria do conselho regional.

A derrota da Articulação na região da Lapa pesou bastante para a Articulação, que fez de tudo para arrancar a subseção do controle da Oposição. Chegou a homologar na Comissão eleitoral o candidato Marcio Mazela, que sequer era professor, na tentativa de obter votos entre professores municipais. Mas foi em vão, os professores rejeitaram nas urnas as manobras que vinham de cima.

A Corrente Proletária na Educação contou com 13 candidatos. Destes, 3 foram eleitos conselheiros estaduais e 4 para o conselho regional. Em relação às eleições passadas, podemos considerar que a votação da Corrente Proletária foi bem maior. Cabe destacar também que foram 36 urnas, entre fixas e volantes, o que impediu que houvesse fiscais ou mesários da Corrente Proletária.

O importante do processo eleitoral está no trabalho realizado pela Corrente junto aos professores, explicando as reformas do governo golpista, a defesa da greve geral, a luta contra a burocratização dos sindicatos e a manutenção da subseção-Lapa nas mãos dos setores que fazem oposição à direção burocrática da Apeoesp.

Franco da Rocha

Na eleição em Franco da Rocha, a Chapa 3 obteve a maioria dos votos, tanto para a diretoria estadual como para os conselhos estadual e regional. O resultado final para a diretoria foi de 70,49%. Para o Conselho, todos os candidatos da Chapa 3 foram eleitos. A corrente Articulação Sindical saiu derrotada. O único representante com maior número de votos ficou apenas com a vaga de suplente de conselheiro estadual. Esses números demonstram a importância da unidade da oposição contra a política imobilista da burocracia sindical,

representada pela Articulação/PT.

A maioria dos votos foi dividida entre as seguintes correntes: Conspiração Socialista, Corrente Proletária na Educação, Resistência e Luta e TLS. Do total de votos, a Conspiração Socialista ficou em primeiro lugar e a Corrente Proletária em segundo.

A Corrente Proletária enfrentou muitas dificuldades durante e no próprio dia da eleição. Não conseguiu indicar membros e fiscais para todas as urnas. Mesmo assim, a Corrente elegeu três conselheiros estaduais, enquanto a Conspiração, seis. Isso demonstra que a política da Corrente/POR na região é reconhecida pelos professores, fruto das intervenções nos movimentos, nas reuniões de representantes de escolas, nas greves e na luta cotidiana contra o fechamento de escolas.

As dificuldades encontradas pela Corrente Proletária na eleição devem ser superadas. O que significa fortalecer a Corrente, trabalhando para politizar a vanguarda do professorado que desponta para as lutas. Para isso, são fundamentais as reuniões regulares, o trabalho coletivo e sistemático nas escolas e a atuação também coletiva nos movimentos mais gerais contra a política dos governos de destruição da educação pública e de ampliação da exploração.

Itaquera - Guaianazes - São Mateus e Cidade Tiradentes

Nesta região, predominam as Correntes de Esquerda. A subseção é dirigida pelo PSOL (Escola na Luta) e Conspiração Socialista. A Articulação (PT) praticamente inexistente. Nessa eleição regional, concorreram a chapa 3, Oposição Unificada, formada pelo PSOL, Conspiração, POR e PSTU e a chapa 1, com uma militante aposentada. A chapa 2 não teve candidatos para o Conselho de Representantes. Dos 1.188 votos válidos, 81,4% foram para chapa 3; 10,77% para chapa 1 e 7,83% para chapa 2.

O Conselho Regional teve redução na sua representação. De 34 conselheiros eleitos há 3 anos atrás, foram reduzidos para 28. Isso porque houve redução de 24,5% do número de

votantes em relação a 2014, quando votaram 1.605 professores. Dos 28 conselheiros estaduais eleitos agora, todos são da chapa 3, sendo 15 da Conspiração, 12 da Escola na Luta e um do POR. Chamou atenção o fato da região de Itaquera, Guaianazes, São Mateus e Cidade Tiradentes ampliar o número de sócios para 5.300 e a baixa votação. Foram coletados 1.188, apenas 22,4%.

A Corrente Proletária se fortaleceu nessa região. Em 2014, os 7 candidatos foram eleitos apenas como suplentes. Nesta eleição, dos 9 candidatos, um foi para o Conselho Estadual. Embora tenha eleito apenas um militante para o Conselho Estadual, esse trabalho se deve à atuação da corrente e do partido na região, principalmente durante a greve de 2015, a política levada pelo comando de greve e a luta em favor das ocupações de escolas.

É preciso pôr em pé a democracia sindical em Itaquera

Apesar da Convenção aprovar em seu programa eleitoral a democracia sindical em todas as instâncias do sindicato, o PSOL e Conspiração Socialista não acataram a decisão coletiva. Na região, traços burocráticos estiveram presentes desde a constituição da chapa unificada até nos materiais que compuseram a propaganda eleitoral. Não respeitaram a proporcionalidade e utilizaram o método de indicar candidaturas prioritárias. A Corrente Proletária se opôs a esse método e defendeu a proporcionalidade direta na disposição dos candidatos nos materiais eleitorais. Como foi voto vencido, os candidatos da Corrente Proletária foram colocados, na sua grande maioria, no final dos materiais, portanto, abaixo da votação obtida na última eleição em 2014. Assim, inicialmente, mantiveram a proporcionalidade só entre os setores majoritários PSOL/Conspiração, alternados inclusive na cédula entre pares e ímpares. Coube à Corrente os últimos números 87 ao 93. À Corrente atribuíram o número 37 e 38, quando na eleição passada esteve no 34º lugar. Depois de muita discussão, mantiveram a ordem de seus candidatos até o 20º lugar e colocaram os candidatos da Corrente no 23º e 26º, no boletim

de boca de urna. Isso porque na cédula estava previsto votar em até 29 nomes. Manter os 37º e 38º estariam excluindo os membros da Corrente. Mais um agravante. Fizeram 6 materiais distintos de boca de urna. Em quatro, destinados a Itaquera, Guaianazes e Cidade Tiradentes, deram o 39º e 40º lugares para a Corrente Proletária. Ou seja, nada do que foi acordado. Assim, em São Mateus, onde fazem parte os candidatos da Corrente Proletária, fizeram dois materiais: um com a proposta de acordo de 23º e 26º e outro sem nenhum nome dos candidatos da Corrente Proletária.

Como se vê, prevaleceu a disputa aparelhista. Traços burocráticos se evidenciaram durante todo o processo eleitoral. Esses mecanismos não contribuem para fortalecer os setores oposicionistas na região na sua luta contra a burocratização da Apeoesp. Uma parcela dos professores se mostrou insatisfeita com a forma com que se processou a eleição, entre elas a disposição dos candidatos. Evidenciou que nas eleições regionais onde a eleição é nominal e se vota em 29 candidatos, a ordem alfabética seria melhor. Devemos avaliar essa reclamação, embora a Corrente considere que nas regionais a votação deveria ser também por chapas.

É fundamental que façamos um balanço das eleições regionais para corrigir nossos erros e avançar na unidade, tão importante para combater a estatização e burocratização dos sindicatos e das centrais. A Oposição Unificada continua sendo circunstancial e assentada em traços burocráticos. É preciso superar essa forma de unidade e constituir de fato uma oposição apoiada nos princípios elementares, como o da democracia sindical (operária) e no programa classista de luta de classes.

A Corrente Proletária, apesar de embrionária na região, atuou nas eleições sobre a base do programa aprovado na Convenção, que constituiu a chapa 3. Nos pontos político-programáticos divergentes, divulgou um boletim contendo os pontos do programa que a Corrente defendeu na Convenção. Fez um trabalho junto aos professores, questionando a antecipação das eleições para 25 de maio. Criticou a burocracia petista de privilegiar as eleições e não a mobilização nacional

contra as reformas da previdência e trabalhista. Denunciou as centrais de realizar um recuo após a greve geral de 28 de abril. Convocou os professores para os atos contra as reformas antinacionais e antipopulares do governo Temer. O nosso objetivo é construir uma fração revolucionária nessa importante região de São Paulo, castigada pela miséria e pela ausência de serviços essenciais como educação, saúde e moradia. É preciso, portanto, fortalecer a fração revolucionária na região, para construir um sindicalismo de fato democrático e a serviço da luta de classes, visando a derrotar o capitalismo putrefato.

Taboão da Serra

Chapa 3 teve vitória esmagadora em Taboão da Serra

As eleições na subsede de Taboão da Serra contaram com 22 urnas, dispostas em 6 municípios: Taboão da Serra, Itapeerica da Serra, Embu das Artes, Embu Guaçu, São Lourenço e Jujutiba. Na disputa pela diretoria, a Chapa 3 – Oposição Unificada ganhou com esmagadora maioria: 87,77%. Na regional, foram 678 votantes, elegendo ao todo, contando conselheiros estaduais e regionais, mais os suplentes, 28 nomes.

A unidade da Chapa 3, em Taboão, se deu em torno apenas da eleição da direção. Dada a inexpressividade da ArtSind (Articulação Sindical – PT, Chapa 1) na região, as correntes da Oposição Unificada compareceram divididas. A Corrente Proletária na Educação trabalhou pela unidade da Chapa 3 também na eleição regional, considerando um equívoco a fragmentação. Foram seis chapas regionais, sendo elas: 1) a aliança entre “Unidos pra Lutar” e “Apeoesp na Escola e na Luta (Analu)”, bloco que recebeu a alcunha de “Unidos na Escola e na Luta”; 2) FOS unida à TLS; 3) Corrente Proletária na Educação; 4) PSTU junto com o MAIS; 5) LSR e 6) ArtSind.

A LSR se encontrava há mais de uma década na coordenação da subsede. Na eleição anterior, havia comparecido coligada com os integrantes da Analu. Neste ano, a LSR saiu sozinha, fazendo uma aliança tática com o PSTU-MAIS no dia da eleição, um chamando voto no outro, e sequer conseguiu

vaga para suplência da regional. Foi uma derrota fragorosa. O bloco vencedor foi o da “Unidos na Escola e na Luta”, com expressiva votação, que lhe conferiu 12 dos 14 conselheiros estaduais. Os outros foram: 1 da FOS/TLS e a outra da Art-Sind.

A Corrente Proletária na Educação não elegeu conselheiros. Seu trabalho na região ainda se encontra numa etapa de construção. Atuou com pouquíssimos fiscais de urna. Mas fez um trabalho anterior de divulgação de seu material de campanha nas principais escolas. Os votos que recebeu, apesar de não terem sido suficientes para eleger seus candidatos, foram expressivos. Esse processo serviu para consolidar o embrião de uma fração revolucionária na subseção.

Vale menção, nesse sentido, que o seu material de boca de urna foi o único que apresentou o programa sintetizado, com a defesa do socialismo e da revolução. O material do bloco vencedor sequer tinha um resumo de suas propostas, eram as fotos e os números somente. Esse rebaixamento político indica a adaptação dos programas ao baixo nível de politização da categoria.

As eleições na Apeoesp, via de regra, ainda reproduzem as eleições burguesas. O magistério vota nos candidatos dos “santinhos” entregues na hora. Geralmente, ganha a eleição quem tem mais fiscais para fazer a boca-de-urna, entre outros fatores dessa natureza. O voto mais politizado é o daquele que trabalha próximo do candidato e, ao menos, reconhece sua intervenção sindical.

Essa questão da despolitização da categoria, porém, merece um aprofundamento. É preciso pensar sobre a relação classe-direção. A elevação do nível de consciência das massas depende da intervenção de sua vanguarda. Se sua direção está adaptada aos interesses mesquinhos das disputas aparelhistas e não enxerga importância na penetração das ideias revolucionárias, então as bases refletirão esse atraso. As correntes reformistas e centristas nem colocam para si essa tarefa durante as eleições sindicais. Mas, do ponto de vista classista, não adianta ter muitos votos se o fato não expressa um passo na transformação da “classe em si” em “classe para si”, como

ensina o marxismo.

O maior exemplo dessa distorção foi a intervenção da Art-Sind na região. Várias pessoas receberam dinheiro para atuar como fiscais e mesários, completamente alheios ao que se passa com a educação na região. Não sabiam o que representava a Chapa 1 e muitas vezes chamavam voto somente na sua principal candidata ao conselho. Resultado: apesar dessa intervenção anedótica, conseguiram eleger a tal representante na lista do conselho estadual.

A tarefa colocada para o próximo período para a Corrente Proletária na Educação é a de ampliar o trabalho de base. É urgente a penetração do programa revolucionário nas escolas. A situação convulsiva do país se revela um terreno fértil para a divulgação das ideias socialistas, tendo em vista que a ruína do capitalismo se mostra cada vez mais evidente desde a experiência concreta. Trata-se de partir das reivindicações mais sentidas da classe e fazer a ponte com as bandeiras estratégicas da revolução e do comunismo.

Mauá

Oposição Unificada retomou a subsede

A subsede de Mauá era dirigida pela Articulação/PT. Agora, os setores de oposição retomaram essa importante subsede, localizada no ABC. Foram três anos de luta contra a burocracia do PT. A chapa oposicionista foi composta pelos seguintes agrupamentos: Oposição Revolucionária, Corrente Proletária/POR, Analu (atualmente Resiliência em Mauá), TLS (PSOL), Arma da Crítica e independentes. Elegeram 14 dos 17 professores que farão parte da executiva da subsede.

A Corrente Proletária tem ainda um trabalho embrionário. Mesmo assim, obteve expressiva votação. Isso se deve ao trabalho junto aos professores, realizando reuniões nas escolas e divulgando o programa de defesa da educação pública, bem como as reivindicações de reajuste imediato dos salários, redução da jornada sem redução dos salários, 25 alunos por sala de aula, estabilidade a todos os professores da categoria O, combate ao fechamento de escolas/salas de aula e rechaço

às reformas da previdência e trabalhista. Defendeu o método da ação direta (greves, ocupações, bloqueios, etc) contra as chamadas pressões parlamentares. Levantou a bandeira da independência do sindicato diante dos governos e fim da política de conciliação de classes da burocracia sindical. A tarefa que temos pela frente é a do fortalecimento da Corrente Proletária, como organismo sindical da luta de classes.

Litoral Norte

Subsede de Caraguatatuba: os golpes da burocracia

Em Caraguatatuba e região, as manobras e golpes foram impostos pela Comissão Eleitoral da qual, dos 5 membros, 4 eram da chapa da continuidade e apenas 1 da oposição.

A direção majoritária (PT/PCdoB), regional que nada tem feito contra o fechamento das salas de aulas e do período noturno na maioria das escolas, armou um esquema para ganhar as eleições. Com o falso discurso de democracia e de que a subsede precisava ampliar o número de conselheiros, os burocratas inscreveram como candidatos mais de 50 professores, a maioria destes sem qualquer expressão política, este seria seu primeiro golpe. Estes professores não participam das assembleias, não participam das reuniões de Representantes de Escolas e pior: são fura greves. A estratégia central dos pelegos era ter pelo menos um professor candidato por escola para puxar os votos para a Chapa 1. Quando da apuração das urnas isso se evidenciou, o professor recebia quase todos os votos da sua unidade escolar apenas naquela urna, nas demais quase não era votado. Em cada escola tinha uma colinha com o nome do professor daquela unidade e mais dezesseis nomes, entre estes a pelegada de sempre. Essa situação expôs um problema grave, uma profunda despolitização da categoria que vota pela amizade. A burocracia espertamente impõe que regionalmente o voto seja nominal e não por chapa como é na eleição estadual. Se regionalmente a eleição se desse por chapa e não nominalmente, com certeza a Oposição conseguiria canalizar melhor o descontentamento

das bases e teria maior número de votos.

Já na primeira reunião da Comissão Eleitoral, os burocratas apresentaram seu segundo golpe: proposta de colocar uma urna em cada uma das escolas estaduais e colocar urnas volantes para coletar os votos das escolas municipais. Percebendo que se tratava de uma manobra, o membro da Oposição se opôs e foi voto vencido. O maior dos absurdos foi quando 2 dias antes das eleições ocorrerem, mentirosamente, disseram que não teriam urnas para todas as escolas e que não tinham mesários para ir para a Costa Sul de São Sebastião. O novo roteiro privilegiava as regiões por onde eles teriam mais votos em detrimento de prejudicar as regiões que já nas últimas eleições têm votado na oposição, São Sebastião, Ilhabela e Ubatuba. A burocracia não recebe os votos destas regiões porque quase nunca visita estas escolas, isso está ligado a um fenômeno mais geral de um sindicato que pelo acúmulo de derrotas acaba por ter de se distanciar de suas bases. Não são bem vistos nas escolas em algumas são até expulsos pelos professores.

Ubatuba: sequestro da urna volante

Na eleição anterior, a maioria dos votos de Ubatuba veio para a Oposição. Desta vez, na maioria das escolas de Ubatuba, tinha um ou dois candidatos para puxar a votação para os burocratas. O golpe em Ubatuba foi dado quando colocaram uma única urna volante para coletar o voto de 3 escolas estaduais (Suely, Maria Alice e Celestino Aranha) e mais 4 escolas municipais (Escola Anchieta, Altimira, Tancredo e Olga Gil). Percebe-se que a manobra era coletar o menor número de votos que viria para a oposição. Ao apurar a urna, a manobra veio à tona, quando se verificou que a maioria dos votos foi para a Oposição. O membro da Chapa 1 responsável por esta urna impediu a mesária da Oposição de ir com ele no carro que passaria nas escolas, combinou de encontrar com esta na escola Celestina Aranha no período da tarde e não apareceu, simplesmente sumiu a maior parte do tempo com a urna. Passava nas escolas estaduais e saía bem rápido, sobretudo quando percebeu que os professores estavam votando na opo-

sição. O roteiro desta urna foi já planejado para aplicar este golpe.

Na Escola Suely, três professores só puderam votar pela ação do membro da Oposição que se posicionou na porta impedindo a saída do burocrata que se recusava esperar os professores para votar. Na escola Maria Alice, dois professores do período noturno foram impedidos de votar, uma vez que a urna não passou por lá no período da noite.

Caraguatatuba: Os tarefeiros garantiram a vitória da burocracia

A eleição se deu por um exército de tarefeiros mais interessados na ajuda de custo, estes professores são angariados pelas festinhas e almoços sempre organizados pela Chapa 1, que tem neste método sua forma de aglutinar as pessoas. Um sindicato que não consegue mais mobilizar suas bases para erguer a luta contra o sucateamento que se intensifica, só pode reunir as pessoas pela política do distracionismo. Não é à toa que a base desta Chapa é constituída por professores que expressam uma imensa despolitização e por isso são inexpressivos politicamente constituindo o pilar de sustentação da burocracia. A maioria destes professores é usada por esta para encher as plenárias nos momentos de Conferências, Congressos e nas eleições. Com a mesma estratégia de manter um ou mais candidatos por escola para puxar o voto contra a oposição e a favor dos pelegos, a maioria dos votos em Caraguatatuba veio para estes. Uma parcela dos professores insatisfeitos e conhecendo o oportunismo dos membros da Chapa 1 votou com a Oposição. Muitos, apesar da insatisfação por não compreender o processo, acabaram votando na burocracia. O desafio que está colocado para a Oposição é fazer com que os professores participem mais das instâncias deliberativas da entidade. Só assim conhecerão verdadeiramente o oportunismo dos burocratas, que se encastelam no sindicato para impor sua política traidora e eleitoreira.

Uma das urnas volantes ficou o dia inteiro sumida nas mãos de um integrante da Chapa 1, nossos fiscais até tentaram seguir o carro desta urna, mas sem sucesso, o burocrata

sabia que, sem qualquer membro da oposição por perto, os votos desta urna seriam totalmente deles e foi o que ocorreu.

São Sebastião: importante votação da oposição

Na região central de São Sebastião, em duas das três escolas também havia candidatos biônicos para puxar votos para a situação; ainda assim, a Oposição foi bem votada nessa região. Os professores da Costa Sul, se sentindo isolados pela burocracia e reconhecendo o trabalho da Oposição que nestes dois últimos anos atuou contra o fechamento do período noturno na Escola Plínio e por visitar as escolas promovendo o debate e a luta contra o sucateamento, votaram conscientemente na Oposição.

Um professor da rede estadual e também professor no município ficou o dia todo percorrendo as escolas municipais e coletando os votos para a burocracia. É importante destacar que os votos desta urna juntamente com a urna que também percorreu o município de Caraguatatuba somaram mais de 50 votos todos para a Chapa 1, aqui se deu a vitória dos pelegos e oportunistas.

Ilhabela: reconhecimento da oposição

A maior parte dos votos das 3 escolas estaduais veio para a Oposição, isto se deve ao descontentamento dos professores em relação à burocracia que nada fez para impedir a municipalização de 3 das 5 escolas estaduais que existiam em 2009. A municipalização prejudicou a vida de vários professores, que tiveram seus cargos removidos para outras cidades ou tiveram de se submeter ao processo de municipalização, tendo de trabalhar nas escolas agora municipais. Os professores se sentiram representados pela Chapa de Oposição, uma vez que esta chapa possui lutadores que através de uma greve no município conseguiram conquistar a jornada da lei do piso em 2012. Dos 10 candidatos, 3 são lutadores grevistas que moram por lá e ajudam a organizar as lutas na cidade.

Importância dos lutadores

Destacamos o caráter classista da Chapa de Oposição do

Litoral Norte, que foi apoiada por diferentes setores, entre eles, os companheiros do Sindicato dos Petroleiros, do Sind-serv de São Sebastião, do Sindsprev, Sinfuspesp, portuários e professores do município de Caraguatatuba. Cada membro e apoiador desta chapa se aglutinou nos diferentes momentos da luta de classes nos últimos anos, como a Luta pela jornada do Piso, as ocupações da Escola Colônia e Aurelina, as últimas greves, entre outros.

Sua luta continua, mais firmes do que nunca. Uma luta contra a estatização e burocratização do sindicato. Uma luta pela independência de classe dos trabalhadores. Uma luta contra o governo golpista e corrupto. Uma luta para derrubar e enterrar as reformas da previdência e trabalhista. Juntos fortaleceremos nossas fileiras.

Perspectivas

Temos muito trabalho pela frente. A nossa tarefa é a de fortalecer a oposição à direção da Apeoesp (PT e PCdoB). Defender as reivindicações que unificam os professores, estudantes e a maioria explorada. Apesar do escancaramento desta política nefasta, o processo eleitoral coloca na ordem do dia a necessidade da elevação política do professorado. Derrotar a Oposição na região era fundamental para a chapa 1. Pôde contar com o aparato do sindicato, com a despolitização de boa parte do professorado e com truculência na caça dos votos.

A Oposição, embora reconhecida pelo seu caráter classista, ainda é frágil para enfrentar o exército de burocratas pagos para vencer as eleições. Ao final do processo, a chapa fez um balanço, mostrando a principal tarefa, que é a de organizar uma oposição forte e atuante para enfrentar a política de destruição da educação pública dos governos e os burocratas que comandam o sindicato.

Convenção da Oposição Unificada

Constituída a chapa unificada da Oposição para as eleições da Apeoesp

As eleições da Apeoesp foram antecipadas para o dia 25 de maio. Foi uma manobra da burocracia para impedir que setores da oposição tivessem tempo para se organizar. Em meio às manifestações contra as reformas do governo golpista, os dirigentes do PT e PCdoB, que compõem a maioria da direção do sindicato, impuseram a antecipação das eleições numa reunião de Conselho de Representantes, que está sob seu controle. Utilizou os estatutos do sindicato para impedir que a assembleia de 31 de março se posicionasse contrária a essa manobra, não colocando em votação a proposta da oposição de rejeição. Foi nesse quadro que as correntes de oposição convocaram a convenção para aprovar a unificação. Lembremos que nas eleições passadas (2014), houve uma divisão porque o PSOL não aceitou participar de uma chapa unificada e disputar com o PSTU e correntes da Oposição Alternativa o comando da chapa. Uma disputa aparelhista falou mais alto. Assim foram conformadas duas chapas oposicionistas. O que serviu de descontentamento entre a vanguarda, que aspira a unidade para derrotar essa burocracia encastelada há mais de 30 anos.

Após essa experiência negativa, PSOL e Oposição Alternativa (com a cisão do PSTU, o MAIS não fez restrições

para que o PSOL estivesse no comando da chapa) convocaram a Convenção da Oposição Unificada, no dia 8 de abril. Porém, uma convenção previamente acordada entre essas correntes, como em convenções passadas. Ou seja, há um documento base de programa, elaborado pelos setores majoritários e apresentado para discussão na Convenção. E um acordo de que não se votam os nomes que compõem a chapa.

A Corrente Proletária na Educação atuou nesse processo, apontando a necessidade da unidade frentista a partir da democracia operária e da constituição de um programa comum de enfrentamento às reformas, defesa dos empregos e salários, com o método da ação direta e independência de classe. Mas não teve força para mudar os rumos da Convenção.

A Convenção contou com mais de 20 agrupamentos oposicionistas. A Corrente Proletária atuou com um manifesto-programa, intervindo no plenário e se opondo aos pontos fundamentais do documento base. O esforço de construção dessa aliança, contudo, foi pontuado por problemas, que convêm serem debatidos criticamente. Primeiro: as conversas que deram origem ao documento-base não contaram com a participação de todos os agrupamentos. O documento acordado entre PSOL e Oposição alternativa foi enviado às outras correntes na véspera da Convenção, unicamente para tomar ciência. Segundo: o acordo entre o Bloco (PSOL) e a Oposição Alternativa em torno do cabeça de chapa e vice se deu também à revelia das demais organizações. Terceiro: estipulou-se que as correntes menores poderiam fazer parte da chapa, indicando seus nomes na plenária ou depois. Portanto, um “modelo” de Convenção com traços burocráticos. Nada de novo. As Convenções passadas também se deram sob essas velhas práticas sindicais. O correto seria a Convenção aprovar o programa da chapa e depois ela mesma deliberar os nomes que melhor o encarnassem. A escolha, entretanto, não respeitou esse critério. Foi levada à plenária como fato consumado. Sabe-se que o fator que pesou foi a projeção do PSOL (Bloco)

na disputa eleitoral passada e a possibilidade de angariar mais votos agora por meio dessa unidade.

Discussões em torno do documento-base

Nossas divergências centrais:

a) sobre a caracterização do governo Temer

A Corrente Proletária se colocou contra a utilização da expressão “governo ilegítimo”. Essa formulação, que hoje vem sendo assumida pela maioria das correntes de esquerda, se apoia na defesa da institucionalidade burguesa. Essa foi a caracterização do PT, que se pronunciou contra o impeachment por não haver provas do crime de responsabilidade. O governo advindo da deposição de Dilma seria, então, “ilegítimo”, pois teria sido fruto de uma fraude. Para a Corrente Proletária, no entanto, o impeachment constituiu um golpe de Estado, apoiado em um instrumento da democracia burguesa. Trata-se de um golpe porque uma minoria caçou a decisão popular, que deu vitória a Dilma Rousseff. Assim, o governo Temer nasceu de um golpe institucional.

Cabe destacar que não houve propriamente um debate político em torno dos pontos divergentes. As correntes que se opuseram ao documento-base se posicionavam e, em seguida, um dos defensores do documento o defendia. A votação expressava o controle que as correntes exerciam sobre os participantes da Convenção. Dessa forma, não havia como modificar o documento previamente acordado.

b) Defesa da estabilidade para os professores contratados

O documento-base não continha no ponto sobre a defesa dos professores categoria “O” a reivindicação de estabilidade. A burocracia da Apeoesp diz que defende a estabilidade nos moldes da categoria “F” (por 10 horas semanais, o que equivalem ao salário mínimo de fome). A maioria das correntes de oposição é contrária à estabilidade sem concurso. Outra corrente insistiu em fazer uma contraposição entre

estabilidade e efetivação. A Corrente Proletária se colocou pela estabilidade de todos os professores categoria “O” que estão na rede. Mostrou que se trata de uma reivindicação de luta contra o desemprego, subemprego e precarização das condições de trabalho. Denunciou a estabilidade defendida pela burocracia e se posicionou contrária ao concurso para os que já estão trabalhando. Nesse ponto, a militante do PSOL, que estava dirigindo a mesa, rebateu as colocações da Corrente Proletária e saiu em defesa do concurso. Logo foi chamada a atenção pelos proponentes do documento-base de que era preciso aceitar a bandeira da estabilidade. O que permitiu a aprovação da proposta.

c) Sobre o conceito de escola “de qualidade”

O documento-base traz a formulação reformista de “escola pública de qualidade”. Esse ponto permitiu que a Corrente Proletária fizesse a defesa da escola única, laica, estatal e vinculada à produção social. Mostrou que a bandeira de “escola de qualidade” pressupõe nos marcos do capitalismo em desagregação uma escola onde é possível o desenvolvimento do conhecimento científico e uma aprendizagem para todos. Explicou que o capitalismo levou às últimas consequências a separação entre teoria e prática, a unidade entre o fazer e o pensar. E que uma nova escola só poderá surgir com o fim do capitalismo e a instauração de uma sociedade socialista. O combate por uma escola laica, científica, gratuita, para todos e vinculada à produção social é parte da revolução socialista. A consigna de uma escola “de qualidade” alimenta a ilusão de que é possível uma Educação “emancipadora” debaixo do modo de produção capitalista. Os proponentes do documento-base enfatizaram sua formulação e a proposta foi aprovada.

d) Sobre as opressões

A discussão desse ponto foi aligeirada. O documento-base traz a defesa das posições reformistas e centristas sobre o machismo, gênero, cultura do estupro, etc. A Corrente Proletária se opôs e concentrou na explicação

de que toda opressão é de classe. Tratava-se de combater a origem de toda forma de violência, com um programa que partisse das reivindicações concretas de defesa dos oprimidos, fazendo a ponte com as bandeiras estratégicas, de destruição do capitalismo e de defesa do socialismo. O racismo e todas as formas específicas de violência e discriminação são formas particulares de manifestação da opressão de classe. Essa posição foi combatida por meio do argumento de que havia formas específicas de opressão, como as que recaem sobre os ombros das mulheres, negros e homossexuais. Houve, porém, uma tentativa de suavizar a divergência, afirmando que essas formas específicas estão “ligadas” à questão de classe. Ao dizer que estão “ligadas”, negam o caráter de classe das opressões, baseando suas posições nas pseudoteorias pós-modernas de gênero e raça, que surgiram e se firmam cada vez mais em oposição ao marxismo.

Conclusão

Como se vê, na Convenção, não houve um verdadeiro debate de posições. A discussão se resumia na defesa formal do documento, de um lado, e das posições contrárias (das correntes minoritárias), de outro. Predominava a dispersão, o que enfraquecia o debate político. Prevaleceu a ideia de que a unidade das correntes era frágil e, assim, poderia se romper a qualquer momento. Não por acaso, a Convenção se encerrou rapidamente com a apresentação do presidente e vice da chapa, o militante Moacir (PSOL) e a militante Ana (corrente Conspiração que compõe a Oposição Alternativa). Por fim, foram feitas algumas saudações por parte da Inter-sindical e CSP-Conlutas e partidos políticos.

Lamentavelmente, a questão da distribuição dos cargos subordinou o debate de conteúdo e o amálgama de posições consensuais ficou acima da discussão e votação das posições programáticas. Isso revela traços burocráticos que devem ser combatidos para que uma verdadeira oposição se implante na Apeoesp. A defesa dos princípios fundamentais do sindicalismo classista deve ganhar força,

como o da democracia operária, para que sejam removidos os traços do velho burocratismo, que ainda se fazem presentes em nosso meio.

A Corrente Proletária chamará o voto na chapa 3. Em que pese seus problemas, os setores que compõe a chapa oposicionista são aqueles que defendem a derrubada integral das reformas, com os métodos da ação direta. Que defendem a independência de classe, contra a política conciliadora e antidemocrática da burocracia sindical. Houve um acordo entre todas as correntes sobre o direito de defender no interior do movimento as posições minoritárias, que foram rejeitadas na Convenção. Atuaremos pela vitória da chapa 3 contra a chapa da burocracia. Defenderemos, também, o programa que apresentamos na Convenção da Oposição.

Programa da Corrente Proletária à Convenção

Independência política e sindical

Chamamos os professores a recuperar a Apeoesp, retirando-a das mãos do reformismo petista

Chamamos os professores a enfrentar com os métodos da ação direta as reformas dos governos que retiram diretos, mutilam a educação pública e ampliam a exploração do trabalho

Chamamos os professores à luta unitária com a classe operária e demais trabalhadores para derrotar o capitalismo putrefato e implantar o socialismo como a única via de pôr fim à barbárie social da humanidade

...

Rechaçar a estratégia do imperialismo de superar sua crise sobre a base das demissões, eliminação de direitos trabalhistas e aumento da superexploração do trabalho

Rechaçar o intervencionismo econômico, político e militar sobre as nações semicoloniais

Defender a autodeterminação dos povos oprimidos

Agrava-se a crise mundial do capitalismo. As potências impõem maior submissão às nações mais atrasadas. O intervencionismo militar esfacela países inteiros. A

fome e a miséria se alastram. Milhares e milhares de imigrantes fogem das guerras e da miséria, buscando refúgio nos países europeus. Por onde andam, ficam expostos a toda sorte de discriminação e repressão. A barbárie social cresce assustadoramente por toda parte. A diretriz da burguesia à desagregação do capitalismo é de maior sacrifício aos explorados. Para a maioria oprimida, a única resposta é o enfrentamento, o acirramento da luta de classes. Nossa luta tem como estratégia o combate ao sistema de exploração do trabalho e a defesa da sociedade socialista, que só poderá ser implantada pela via da revolução proletária.

*Abaixo o governo golpista de Temer
Derrubar as reformas antinacionais
e antipopulares com os métodos próprios
dos explorados*

Com o aprofundamento da crise econômica, intensificou-se a crise política. As forças orgânicas da burguesia, sob a proteção do imperialismo, depuseram Dilma Rousseff por meio de um golpe institucional. Instalou-se o governo golpista de Temer com a tarefa de impor as reformas antinacionais e antipopulares. Atolado na corrupção, mas amparado pelas forças golpistas, Temer vem aprovando as medidas reacionárias contra a economia nacional e contra os explorados, como a desnacionalização da terra, a Lei da terceirização, a PEC do Teto dos gastos, a privatização do petróleo e demais setores chaves, bem como a reforma do ensino médio. São, assim, despejado sobre as massas um conjunto de medidas que retira direitos históricos, além de manter o arrocho salarial e atingir a vida de milhões de famílias com o desemprego. Ao contrário de semear ilusões em alternativas eleitorais para substituir o golpista, os trabalhadores devem defender as reivindicações que unificam a maioria oprimida e que se chocam com o sistema de exploração do trabalho, seu governo e partidos. Devem propagandear a estratégia do governo operário e camponês, resultado da revolução social.

Constituir a frente única sindical, baseada nas assembleias e nos comitês de base, para pôr abaixo as reformas da previdência, trabalhista e do ensino médio

As centrais sindicais devem ter com tarefa a constituição de uma verdadeira frente única sindical, que objetiva enfrentar o governo golpista e suas reformas, com os métodos genuínos da classe operária. As centrais não podem utilizar seus enormes aparatos para dividir os explorados. As direções da CUT e Força Sindical, que são as duas maiores, têm conduzido suas bases para o beco sem saída da pressão parlamentar e do desgaste eleitoral do atual governo, com vistas às eleições de 2018, como é o caso dos cutistas, empenhados em eleger Lula; já a burocracia sindical forcista apoia a Reforma da Previdência, propondo reparos, aceitando a sua essência. Trata-se, portanto, de uma linha política divisionista, na medida em que existem amplos setores que não estão dispostos a ficar a reboque da campanha lulista e nem a favor das reformas disfarçadas. O que unifica o movimento de massas é justamente a luta nas ruas pela derrubada das Reformas Trabalhista e Previdenciária. A divisão tem favorecido o governo, que ainda não enfrentou a resistência dos explorados, que terá de vir por meio da greve geral por tempo indeterminado.

Por uma verdadeira greve geral

Essa é uma questão urgente. Os dias 8, 15 e 31 de março foram iniciativas importantes, mas não contaram com a presença da classe operária por meio da greve. As centrais marcaram nova paralisação para o dia 28 de abril. Mas as direções sindicais já realizaram um desmonte das greves dos trabalhadores da educação, iniciadas em 15 de março. Não será com suspensão de greves que se imporá a greve geral. Ao contrário, ela virá pela generalização das greves. Sabemos que será pela via da greve geral por tempo indeterminado que poderemos reunir a força social suficiente para derrotar o governo golpista e suas reformas. Rechacemos a farsa dos “esquentas, que só servem para pos-

tergar a luta. As medidas já estão sendo aprovadas pelo governo golpista. É preciso erguer já um amplo movimento de resistência.

Rejeitar a política de submissão do movimento às manobras do Congresso Nacional

Não há como confiar nas instituições do Estado burguês para encaminhar a luta contra as reformas. A atitude da direção da Apeoesp de rejeitar a greve a partir do dia 15 se mostrou fracassada e ainda colocou em isolamento o movimento dos municipais de São Paulo. O atrelamento das lutas dos trabalhadores ao calendário de votações do Congresso Nacional é derrota anunciada. O combate deve ser pela derrubada dos projetos, o que independe do dia em que está previsto para ser votado. Os trabalhadores devem confiar em suas próprias forças e se colocar inteiramente no campo da independência de classe. Os explorados devem confiar em suas próprias forças.

Combater a reforma do ensino médio, defendendo as reivindicações que unificam os professores, estudantes e explorados em geral

A decadência da educação e a precarização das condições de ensino são consequências da decomposição do capitalismo. Conforme agudiza a crise econômica, os governos se veem na contingência de impor reformas que desobrigam o Estado com o financiamento da educação. Não há como implantar medidas em favor da educação pública nos marcos do regime capitalista e de suas instituições. Ao contrário, na medida em que se aprofunda a crise do sistema, as limitadas conquistas são arrancadas. É o que se passa com as reformas que há muito vem sendo impostas pelos partidos que alcançam o poder do Estado. Não há possibilidade de uma “educação de qualidade” sem que se coloque por derrotar o sistema de exploração do trabalho e seu Estado. Está aí por que a luta pelas reivindicações de defesa da educação gratuita se choca com o governo. E é por meio dessa luta que imporemos, como nossos méto-

dos, um único sistema de ensino, gratuito, laico e voltado à produção social. Nesse momento, centralizamos nossas forças no combate à reforma do ensino médio, ao fechamento de salas de aula, à precarização das condições de ensino. E levantamos as reivindicações de 25 alunos por sala de aula, fim dos contratos precários de trabalho, fim da terceirização nas escolas, reajuste imediato dos salários e fim de todas as medidas que penalizam os professores. É por meio dessa luta que unificaremos com os demais explorados e estudantes.

Defesa dos empregos, salários e conquistas sociais

Os professores há muito sofrem o peso dos baixos salários, do subemprego, dos contratos precários e das medidas que aumentam a exploração do trabalho. Uma parcela vem ampliando a jornada de trabalho, combinando o cargo efetivo com os contratos de categoria F ou O. Outra, tem recorrido à rede municipal, submetendo a jornadas estafantes. Essa tem sido a alternativa para manter a família. Mas, o resultado tem sido o aumento de doenças de toda natureza. Por outro lado, a cada ano vem crescendo o número de professores desempregados ou subempregados. Não por acaso, estamos obrigados a recorrer a greve, na tentativa de impor as reivindicações de defesa da vida e da educação pública. Sabemos o quanto é difícil a greve contra a política do PSDB/Alckmin. Mas sabemos também que será pela força coletiva dos professores que poderemos conquistar nossas reivindicações. Está aí por que lutamos contra as divisões no interior das escolas e contra a não aceitação das deliberações de assembleias gerais, porque só fortalecem as ações repressivas do governador. Lutamos: piso salarial de acordo com o salário mínimo vital, hoje em torno de R\$ 4.600,00; estabilidade aos professores contratados, independentemente do tempo de serviço e da aprovação em concursos; salas de aula com no máximo 25 alunos, redução da jornada de trabalho (escala móvel das horas de trabalho, com a divisão de todas as aulas en-

tre todos os professores aptos; fim de toda legislação que precariza e destrói a educação pública e fim da reforma da previdência, trabalhista e do ensino médio.

Combater toda forma de discriminação e opressão

É inerente ao capitalismo as desigualdades, as discriminações e as opressões. Toda sociedade de classes é de opressão de uma minoria sobre a maioria explorada. Mas foi sob o capitalismo que a opressão ganhou proporções gigantescas. O desemprego e a miséria esfacelam as relações sociais, atingindo as famílias e proliferando a violência. Para a burguesia, a saída está no aumento da repressão policial e nas prisões. Setores da classe média responsabilizam os homens pela violência às mulheres, apoiando-se nas pseudo teorias de “gênero” e “machismo”. E, assim, exigem “prisões” e “mais educação”. Denunciam a polícia pela matança de jovens, principalmente negros, mas não se colocam pela extinção do aparato policial. Combatem a discriminação aos homossexuais, no entanto, se valem das instituições do Estado burguês. É fundamental que compreendamos que a opressão sobre os negros, mulheres e homossexuais é de classe. Sem derrotar a sociedade de classes não erradicaremos a opressão. É na luta pelas reivindicações de defesa das mulheres que unificaremos homens e mulheres exploradas contra o sistema capitalista, raiz da violência de classe. É na luta pelas reivindicações de defesa dos negros e homossexuais que unificaremos a maioria oprimida para pôr abaixo toda sorte de discriminação e opressão. O capitalismo em putrefação sequer é capaz de amenizar a opressão sobre a mulher, os negros e homossexuais. Haja vista que as leis destinadas a coibição das discriminações e da violência não são aplicáveis e não são constituídas para resolver a opressão. Qualquer ilusão na via legislativa, judiciária e educacional obstaculiza a luta pelas reivindicações mais elementares e o desenvolvimento da luta pelo fim das discriminações. Partimos das reivindicações que protegem as mulheres, negros e ho-

mossexuais para a conquista da emancipação e da igualdade. Está aí por que mulheres e homens explorados pela classe capitalista devem estar irmanados sob a política do proletariado e sob o programa de reivindicações que leve à luta pelo fim da sociedade de classes e pela libertação da mulher da escravidão do lar, da dupla jornada de trabalho, de toda sorte de discriminação, da mutilação da função social da maternidade, da privação ao direito de decidir sobre o aborto, da prepotência do homem que emana das relações capitalista de propriedade e de toda violência que inferniza o dia a dia da maioria das mulheres.

Que o Estado assuma integralmente o direito à mulher à saúde pública; que a maternidade seja reconhecida como função social da humanidade; que se coloque fim à dupla jornada, libertando a mulher da economia privada familiar; que toda mulher seja incorporada à produção social, com um salário compatível às necessidades; que o direito ao aborto seja reconhecido pelo Estado, que garanta todas as condições hospitalares e medicinais; que o Estado construa creches, lavanderias e restaurantes públicos.

Total igualdade entre negros e brancos. Trabalho igual, salário igual. Fim da violência estatal, policial, contra os negros.

Defesa das reivindicações democráticas que se contra-põem à discriminação aos homossexuais. Responsabilização do Estado pelo ódio obscurantista aos homossexuais e pela violência sofrida. Direito de livre manifestação do amor sexual.

Potenciar a democracia sindical (operária)

Há um obstáculo que impede o avanço da luta dos explorados, que é a ausência da democracia nos sindicatos e centrais. Para que os trabalhadores possam confiar em suas próprias forças, é necessário que encontrem uma organização sindical sem os atuais vícios burocráticos. É o que passa na Apeoesp (assembleias, congressos, conselhos de representantes, etc. inteiramente controlados pela direção majoritária/ PT e PCdoB). Para combater esse obs-

táculo, é preciso defender conseqüentemente a democracia sindical em todas as instâncias do sindicato. O que implica a consolidação de uma Oposição, baseada inteiramente nos princípios fundamentais de funcionamento dos organismos dos trabalhadores. É preciso que levantemos a defesa da democracia operária. Combater o aparelhamento da entidade. E impulsionar o direito de livre expressão e a mais ampla organização dos trabalhadores a partir da base.



Caixa Postal nº 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org -- [facebook.com|massas.por](https://facebook.com/massas.por) -- anchor.fm|por-massas
